

Rumo Malha Norte S/A - RMN

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Norte S.A.
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.4. e 6.1 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece sua receita de transporte e prestação de serviços de acordo com os ciclos de transporte e da prestação de serviços, observando o período de competência. A receita é negociada desde a sua contratação, já havendo um cálculo prévio com base na distância e peso a ser transportado, e o preço negociado entre as partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o total da receita líquida e o saldo bruto do contas a receber, nesta mesma data eram R\$3.781.915 mil e R\$364.337 mil, respectivamente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação à demonstração do resultado e ao ativo financeiro da Companhia, bem como em relação à sua magnitude, além dos potenciais efeitos decorrentes de diferenças entre o período de competência e o período efetiva de prestação dos serviços.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos relativos ao reconhecimento de receita de transporte e da prestação de serviços, observando os limites das tarifas reguladas; (ii) a avaliação do desenho dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita, incluindo as análises de corte no reconhecimento da receita (cut-off); (iii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, i) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que deram suporte ao reconhecimento de receita operacional da Companhia; ii) análise do corte da receita entre os exercícios sociais, considerando o período da prestação de serviço e o período de competência do reconhecimento dessa receita, através de procedimentos substantivos analíticos e expectativas de acordo com os prazos de transporte esperados; iii) comparação, por amostragem, dos preços negociados entre as partes, observando as

tarifas aprovadas pelo poder concedente; iv) comparação da premissa de transporte médio estimado pela Companhia com o transporte médio real; v) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e vi) reconciliação do saldo de receita com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade reversão de uma parcela da receita de prestação de serviços, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.4 e 6.1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita, na demonstração de resultado, e respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.4 e 6.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em seu conjunto.

Infraestrutura da concessão e arrendamentos

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado, intangível e direito de uso, determinados ativos diretamente relacionados às operações e às concessões da Companhia, incluindo arrendamentos operacionais e de capital, como vagões e locomotivas, via permanente, obras em andamento, direito de uso de concessão e infraestrutura ferroviária, que somam R\$4.661.076 mil, e que representam, substancialmente, a infraestrutura da concessão e arrendamentos.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão e nos arrendamentos é parte essencial para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e arrendamento, bem como a definição da vida útil, são passíveis de julgamento por parte da administração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$689.725 mil de adições a esses ativos de infraestrutura e arrendamentos

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria, devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação dos gastos com infraestrutura e arrendamentos, e da magnitude dos montantes envolvidos sobre o total do ativo e dos compromissos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura e arrendamentos, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras e de inspeção física; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo imobilizado, intangível e direito de uso (arrendamentos), observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos

analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito de concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização desses ativos de infraestrutura de concessão e arrendamentos preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 19 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

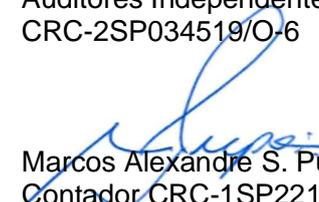
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

RUMO MALHA NORTE – RUMO MALHA NORTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2020

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Norte – Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a soma dos outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, E&Y Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, durante o exercício vigente, foi de 50,8% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a E&Y Auditores Independentes informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Análise do resultado do exercício de 2020

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T20	4T19	Var. %	12M20	12M19	Var. %
Receita Líquida	805,3	950,8	-15,3%	3.781,9	4.135,5	-8,6%
Custos dos serviços prestados	(521,5)	(542,7)	-3,9%	(2.299,9)	(2.412,4)	-4,7%
Lucro Bruto	283,8	408,1	-30,5%	1.482,0	1.723,1	-14,0%
Margem Bruta (%)	35%	43%	-7,7 p.p.	39%	42%	-2,5 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(37,4)	(33,4)	12,0%	(139,9)	(139,7)	0,1%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	8,6	1,2	616,7%	18,0	(3,6)	n.a.
Equivalência patrimonial	1,4	5,4	-74,1%	12,2	20,9	-41,6%
Depreciação e Amortização	111,7	122,4	-8,8%	457,7	509,8	-10,2%
EBITDA	368,1	503,7	-26,9%	1.830,0	2.110,5	-13,3%
Margem EBITDA (%)	45,7%	53,0%	-7,3 p.p.	48,4%	51,0%	-2,6 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(60,5)	(75,6)	-20,0%	(501,9)	(328,9)	52,6%
Imposto de renda e contribuição social	(48,2)	(10,8)	346,3%	(168,7)	(187,2)	-9,9%
Lucro Líquido	147,7	294,9	-49,9%	701,7	1.084,6	-35,3%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 805,3 milhões, uma redução de 15,3% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2019, apesar do volume de transporte ter aumentado em 2020, as tarifas tiveram queda significativas em 10,6% impactando diretamente a receita. O EBITDA foi de R\$ 368,1 milhões, redução de 26,9% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2019. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 147,7 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a um lucro de R\$ 294,9 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2019. O que representou uma redução de 49,9%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.781,9 milhões, redução de 8,6% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O volume total transportado, de 45,9 bilhões de TKU, foi 7% superior a 2019. Apesar do aumento do volume a receita líquida de transporte foi impactada pela queda das tarifas em 10,6% em função: (i) dos menores preços praticados, em razão da pavimentação da BR-163, ainda sem a esperada cobrança de pedágio; (ii) menores patamares de preço do diesel, principalmente no primeiro semestre e; (iii) do mix de produtos transportados - com maior volume de açúcar e industriais. Destacamos o aumento do volume de açúcar (+87,1%), fertilizantes (+36,4%) e celulose (+23,7%). O volume de grãos permaneceu estável, em razão do cenário de mais competição e, especialmente no milho, pelo produtor segurado as exportações. A operação de elevação portuária apresentou aumento, como consequência do cenário favorável para exportação de açúcar. O EBITDA foi de R\$ 1.830,0 milhões, redução de 13,3% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2019. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 701,7 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a um lucro de R\$ 1.084,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2019. O que representou uma redução de 35,3%.

Rumo Malha Norte S.A.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	2.232.565	920.972
Títulos e valores mobiliários	5.3	405.734	723.657
Contas a receber de clientes	5.4	364.302	234.485
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	337.980	-
Estoques		17.785	17.009
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		42.622	102.473
Outros tributos a recuperar	5.10	170.053	180.352
Adiantamento a fornecedores	5.11	603.820	502.423
Debêntures privadas	5.5	-	767.296
Dividendos a receber		3.052	-
Outros ativos		13.870	11.361
Ativo circulante		4.191.783	3.460.028
Contas a receber de clientes	5.4	35	35
Caixa restrito	5.3	2.164	86.681
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		14.193	140.506
Outros tributos a recuperar	5.10	32.692	14.202
Depósitos judiciais	5.15	37.401	33.713
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	3.218.358	1.528.181
Adiantamento a fornecedores	5.11	2.011.779	2.110.024
Debêntures privadas	5.5	792.535	-
Outros ativos		8.626	545
Investimentos em associadas	5.12	91.623	92.529
Direito de uso	5.13.2	820.951	803.230
Imobilizado	5.13.1	4.835.410	4.506.850
Intangíveis		3.918	2.180
Ativo não circulante		11.869.685	9.318.676
Total do ativo		16.061.468	12.778.704

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	986.875	483.878
Passivos de arrendamento	5.7	270.575	134.825
Fornecedores	5.8	418.174	190.697
Ordenados e salários a pagar		40.043	58.704
Imposto de renda e contribuição social correntes		3.189	624
Outros tributos a pagar		8.019	4.937
Dividendos a pagar		168.140	1.169
Adiantamento de clientes		5.447	32.738
Receitas diferidas		1.642	2.902
Outros passivos financeiros	3.c	64.237	48.583
Outras contas a pagar		6.000	415
Passivo circulante		1.972.341	959.472
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	9.702.995	7.361.569
Passivos de arrendamento	5.7	359.059	477.158
Outros tributos a pagar		1.301	1.301
Provisão para demandas judiciais	5.15	25.181	26.561
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	175.250	142.795
Receitas diferidas		8.024	8.424
Outras contas a pagar		14.370	21.814
Passivo não circulante		10.286.180	8.039.622
Total do passivo		12.258.521	8.999.094
Patrimônio líquido	5.16		
Capital social		2.461.503	2.461.503
Reserva de capital		22.725	22.725
Reservas de lucros		1.316.225	1.292.936
Ajustes de avaliação patrimonial		2.494	2.446
		3.802.947	3.779.610
Total do passivo e patrimônio líquido		16.061.468	12.778.704

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	6.1	3.781.915	4.135.513
Custos dos serviços prestados	6.2	-2.299.891	-2.412.436
Lucro bruto		1.482.024	1.723.077
Despesas comerciais	6.2	-19.657	-4.328
Despesas gerais e administrativas	6.2	-120.249	-135.326
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	17.971	-3.640
Despesas operacionais		-121.935	-143.294
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		1.360.089	1.579.783
Equivalência patrimonial	5.12	12.236	20.867
Resultado de equivalência patrimonial		12.236	20.867
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		1.372.325	1.600.650
Despesas financeiras		-727.197	-911.992
Receitas financeiras		89.227	178.435
Variação cambial, líquida		-1.479.942	-192.212
Derivativos		1.616.006	596.903
Resultado financeiro líquido	6.4	-501.906	-328.866
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		870.419	1.271.784
Imposto de renda e contribuição social	5.14		
Corrente		-136.290	-130.332
Diferido		-32.421	-56.819
		-168.711	-187.151
Resultado do exercício		701.708	1.084.633
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		0,58621	0,90611
Por ação preferencial " A "		0,64482	0,99671
Por ação preferencial " B "		0,58621	0,90611

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Perdas atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	-64	-	-64
Ajuste reflexo de custo atribuído em coligadas	-	-	-	-	372	-372		-
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	372	-436	1.084.633	1.084.569
Contribuição e distribuições para os acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	-479.533	-	-340.000	-819.533
Constituição das reservas	-	-	178.609	54.232	511.792	-	-744.633	-
Total das transações com e para acionistas	-	-	178.609	54.232	32.259	-	-1.084.633	-819.533
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.461.503	22.725	630.698	150.378	511.860	2.446	-	3.779.610

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	870.419	1.271.784
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	457.655	509.794
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	-12.236	-20.867
Provisão para participações nos resultados e bônus	18.798	30.872
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	-16.643	-1.597
Provisão de demandas judiciais	7.398	9.763
(Ganho) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-51	151
Créditos fiscais extemporâneos	-15.353	-9.948
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	534.552	363.116
Outros	8.084	-25.369
	1.852.623	2.127.699
Varição em:		
Contas a receber de clientes	-134.285	50.603
Adiantamentos de clientes	-27.292	18.123
Outros tributos, líquidos	75.017	-78.063
Estoques	-351	6.241
Ordenados e salários a pagar	-25.871	428
Fornecedores	251.633	-5.904
Adiantamentos a fornecedores	-3.454	-62.729
Provisão para demandas judiciais	-6.847	-14.018
Outros passivos financeiros	-14.260	18.118
Outros ativos e passivos, líquidos	-14.387	-44.365
	99.903	-111.566
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais	1.952.526	2.016.133
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	323.925	1.278.616
Caixa restrito	84.517	-53.332
Dividendos recebidos de controladas e associadas	2.700	6.969
Adições ao imobilizado e intangível	-675.795	-806.889
Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes	3.045	-
Partes relacionadas - mútuo	-	630.728
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	-261.608	1.056.092
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	898.856	662.655

Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-221.697	-1.349.011
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-508.995	-477.946
Amortização de principal de arrendamento mercantil	-122.949	-118.418
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-81.065	-83.463
Amortização de principal de certificado de recebíveis imobiliários	-	-
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-1.269	-40.995
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	169.271	1.890
Partes relacionadas - mútuo	-	-2.428
Dividendos pagos	-511.477	-819.533
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-379.325	-2.227.249
Acréscimo (Decréscimo) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.311.593	844.976
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>920.972</u>	<u>75.996</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.232.565</u>	<u>920.972</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	3.875.430	4.233.201
Outras receitas operacionais, líquidas	17.347	3.653
(Ganho) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	51	-151
	3.892.828	4.236.703
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-1.649.769	-1.695.478
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-135.208	-52.293
	-1.784.977	-1.747.771
Valor adicionado bruto	2.107.851	2.488.932
Retenções		
Depreciação e amortização	-457.655	-509.794
	-457.655	-509.794
Valor adicionado líquido produzido	1.650.196	1.979.138
Valor adicionado recebido em transferência		
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	12.236	20.867
Receitas financeiras	89.227	178.435
	101.463	199.302
Valor adicionado total a distribuir	1.751.659	2.178.440
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	145.118	250.866
Remuneração direta	95.720	193.503
Benefícios	41.002	50.983
FGTS	8.396	6.380
Impostos, taxas e contribuições	283.923	306.874
Federais	246.719	271.271
Estaduais	36.584	34.925
Municipais	620	678
Remuneração de capitais de terceiros	620.910	536.067
Juros	591.133	507.301
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	29.777	28.766

Remuneração de capitais próprios	701.708	1.084.633
Dividendos declarados	166.656	340.000
Resultado do exercício	535.052	744.633
	1.751.659	2.178.440

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

1.2 Concessões de terminais portuários

A Companhia participa, através de coligadas, da concessão de terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Coligadas		
Terminal XXXIX	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Portofer	Junho de 2025	Porto de Santos-SP

As coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários.

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Associadas:

A Companhia possui participação de 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2019), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2019) na 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2019) e na Portofer 50,00% (50% em 2019). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

b) Controle do Grupo:

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 99,74% do seu capital. A controladora final da companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento desta demonstração financeira:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de março de 2021.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Notas 5.13.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota 5.9 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019
	31/12/2020	31/12/2019	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	405.734	723.657	405.734	723.657
Instrumentos financeiros derivativos	3.556.338	1.528.181	3.556.338	1.528.181
Total	3.962.072	2.251.838	3.962.072	2.251.838
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(8.227.830)	(6.118.826)	(8.227.830)	(6.118.826)
Total	(8.227.830)	(6.118.826)	(8.227.830)	(6.118.826)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração do IFRS 16 – CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade de	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	(13.728)	(4.418)
Empréstimos e financiamentos	(7.908.905)	(5.548.728)
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>) ⁽ⁱ⁾	7.908.905	5.548.728
Passivo de arrendamento	(98.801)	(64.614)
	(112.529)	(69.032)

(i) Estes saldos equivalem ao valor do *nocional* em Dólar convertido para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2020.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2020, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Fornecedores	Flutuação do câmbio	916	(2.287)	(5.490)	4.119	7.322
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	527.646	(1.317.669)	(3.162.984)	2.372.961	4.218.275
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>)	Flutuação do câmbio	(527.646)	1.317.669	3.162.984	(2.372.961)	(4.218.275)
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	6.592	(16.461)	(39.513)	29.644	52.696
Impactos no resultado do exercício		7.508	(18.748)	(45.003)	33.763	60.018

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

	31/12/2020	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,1967	4,8500	6,0625	7,2750	3,6375	2,4250

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2020				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	51.170	63.963	76.755	38.378	25.585
Títulos e valores mobiliários	9.060	11.326	13.591	6.795	4.530
Caixa restrito	51	63	76	38	25
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(188.427)	(215.410)	(242.393)	(161.444)	(134.460)
Passivos de arrendamento	(50.753)	(52.348)	(53.943)	(49.158)	(47.562)
Derivativos de taxa de juros	(85.525)	(113.029)	(140.532)	(58.021)	(30.518)
Outros passivos financeiros	(2.598)	(2.927)	(3.256)	(2.269)	(1.940)
Impactos no resultado do exercício	(267.022)	(308.362)	(349.702)	(225.681)	(184.340)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
CDI	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
TJLP	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
IPCA	3,37%	4,21%	5,05%	2,53%	1,68%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	2.232.565	920.972
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	405.734	723.657
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	2.164	86.681
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	364.337	234.520
Debêntures privadas ⁽ⁱⁱ⁾	792.535	767.296
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	3.556.338	1.528.181
	<u>7.353.673</u>	<u>4.261.307</u>

(i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o valor registrado.

(ii) O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2020
AA	947.229
A+	393.362
AAA	1.299.872
Total	2.640.463

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um montante significativo de contas a receber com saldos individuais menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2020				31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(997.855)	(379.063)	(6.891.859)	(652.704)	(8.921.481)	(10.126.513)
Fornecedores	(418.174)	-	-	-	(418.174)	(190.697)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(64.237)	-	-	-	(64.237)	(48.583)
Parcelamento de débitos tributários	(1.491)	(372)	(469)	(458)	(2.790)	(1.790)
Passivo de arrendamento	(262.454)	(78.929)	(184.556)	(108.144)	(634.083)	(930.995)
Dividendos a pagar	(168.140)	-	-	-	(168.140)	(1.169)
Instrumentos financeiros derivativos	337.980	193.266	3.011.532	13.561	3.556.339	1.468.504
	(1.574.371)	(265.098)	(4.065.352)	(747.745)	(6.652.566)	(9.831.243)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 64.237 (R\$48.583 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações tiveram o Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Santander como contrapartes, a uma taxa média de 3,00% a.a. (6,33% a.a. em 31 de dezembro de 2019) O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias..

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Pandemia de COVID 19

4.1.1 Contexto Geral

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020. Com uma série de protocolos de saúde a Companhia tem mantido suas atividades, todavia, as medidas restritivas adotadas para conter o progresso do Covid-19 e suas consequências sobre a atividade econômica, podem afetar significativamente as operações e a condição financeira da Companhia nos seguintes aspectos:

- iii. Queda de receita devido ao declínio na demanda serviços nos mercados impactados pelas medidas de distanciamento e isolamento social: transporte de combustíveis (afetado pela queda no consumo) e transporte de produtos industriais (afetado pela retração na atividade econômica e atividades industriais);
- iv. Risco de interrupções nas operações: eventual descontrole da pandemia nas praças em que a Companhia atua pode levar ao enrijecimento das medidas de isolamento social e, em um cenário extremo, levar à interrupção das atividades essenciais;

- v. Escassez de crédito e aumento do custo de capital: o impacto do Covid-19 sobre a economia mundial e a aversão dos investidores ao risco podem reduzir as alternativas de financiamento e aumentar o custo de capital a ponto de afetar a posição de liquidez e a capacidade de investimentos da Companhia.
- (4) Deterioração de ativos: (i) ativos financeiros da Companhia podem ser afetados pelo impacto que a retração econômica decorrente das medidas de distanciamento social pode gerar em contrapartes; (ii) ativos de longo prazo podem ter sua realização prejudicada se a pandemia progredir a ponto de interromper as operações da Companhia.

4.1.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

Cerca de 85% da receita líquida da Companhia é gerado pelo transporte de cargas destinadas à exportação. As exportações estão sendo impulsionadas pela desvalorização do Real, aumentando a competitividade dos produtos Brasileiros no exterior, fazendo com que a demanda por transporte destas cargas seja ainda maior. Por outro lado, a demanda de algumas cargas industriais (de menor representatividade), que estão mais correlacionadas com o consumo interno, foi negativamente impactada pelo COVID-19.

Desde o início da crise global pelo COVID-19, a Companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais elevado, devido ao período de incertezas no mercado. O movimento para reforçar o caixa teve início em março de 2020, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 898.977. A Companhia também aderiu à suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamento (*standstill*) junto ao BNDES. Os *covenants* financeiros são medidos anualmente na data base do balanço e não tiveram alterações para o período mencionado.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por *impairment*. Como a pandemia não vem interrompendo as operações da Companhia, o impacto financeiro resultante da Covid-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado, e de curto prazo. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

Quanto à taxa de desconto, outra variável relevante nas análises de realização de ativos de longo prazo, a Companhia acredita que, em meio à elevada volatilidade do mercado haverá um deslocamento do fluxo de caixa entre os meses com restrições de circulação e os meses subsequentes, que associado ao baixo patamar de juros no Brasil, manteve nosso custo médio ponderado do capital sem alterações materiais, a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia do Covid-19.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros continuam sendo calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que também contempla o histórico de perdas, a situação individual das contrapartes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos em 31 de dezembro de 2020.

O risco de crédito de contraparte para os ativos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado. Os saldos são alocados em instituições com grau mínimo de “A”. Em 31 de dezembro de 2020 não foram observadas pioras no risco de crédito dessas contrapartes.

A exposição máxima ao risco de crédito de clientes da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber. Considerando que: (i) o prazo médio de faturamento aos clientes da Companhia é curtíssimo; e (ii) os clientes de carteiras mais suscetíveis à deterioração de créditos passaram a ter a exposição monitorada constantemente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não prevê perdas adicionais em seu saldo de contas a receber.

4.2 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia sofreu um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas na Companhia implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais a partir do ataque.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e reforço de equipes. Como parte das ações, a Companhia revisou os programas para combater o acesso e uso indevido dos seus dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos seus sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis impetradas por terceiros.

Adicionalmente, a Companhia realizou auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4.3 Créditos fiscais extemporâneos

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da empresa. Ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017, com base na decisão proferida naquela data pelo STF.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 15.353 que estão reconhecidos na rubrica “Créditos fiscais extemporâneos” divulgados na nota explicativa 6.3, relativos a períodos anteriores, para as empresas do grupo com decisões finais favoráveis sobre a referida matéria. Os valores foram apurados a partir dos sistemas contábeis e fiscais, considerando o montante de ICMS destacado nas notas fiscais. A acuracidade dos valores foi testada mediante cruzamento das informações com as obrigações acessórias pertinentes.

4.4 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) **Resumo dos saldos com partes relacionadas**

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	217.734	101.540
Rumo Malha Sul S.A.	6.242	1.940
Rumo Malha Central S.A.	35.710	20.998
Raízen Combustíveis S.A.	468	1.040
Raízen Energia S.A.	74	238
Elevações Portuárias S.A.	1.299	-
Rumo S.A.	6.307	1.164
Brado Logística S.A	2.904	1.744
Outros	569	104
	271.307	128.768
 Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	600.000	500.000
Outros	2.378	2.423
	602.378	502.423
 Debêntures privadas		
Rumo S.A	-	767.296
	-	767.296
 Ativo circulante	873.685	631.191
 Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	2.006.906	2.105.909
Outros	4.873	4.115
	2.011.779	2.110.024
 Debêntures privadas		
Rumo S.A	792.535	-
	792.535	-
 Ativo não circulante	2.905.313	2.110.024
 Total ativo	3.677.999	2.741.215

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo		
Fornecedores		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	3.645	8.155
Rumo Malha Sul S.A.	5.185	5.409
Rumo Malha Paulista S.A.	251.219	21.940
Rumo S.A.	2.028	2.295
Brado Logística S.A	4.535	4.221
Raízen Combustíveis S.A.	20.634	16.979
Outros	11.699	5.398
	298.945	64.397
Debêntures privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	50.504	148.321
	50.504	148.321
Passivo circulante	349.449	212.718
Total passivo	349.449	212.718

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen Energia S.A.	2.800	5.033
Raízen Combustíveis S.A.	13.467	12.807
Rumo Malha Paulista S.A.	217.638	205.151
Rumo Malha Sul S.A.	1.106	2.291
Brado Logística S.A.	27.324	18.747
Outros	354	119
	262.689	244.148
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(1.349.099)	(1.508.959)
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(118.933)	(102.811)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(50.472)	(45.021)
Rumo S.A.	(16.966)	(15.870)
Outros	(6.842)	(5.658)
	(1.542.312)	(1.678.319)
Despesa compartilhada ^(v)		
Raízen Energia S.A.	(26.639)	(6.955)
Rumo Malha Oeste S.A.	1.985	63
Rumo Malha Paulista S.A.	27.549	(2.983)
Rumo Malha Sul S.A.	12.693	(82.685)
Portofer Transp. Ferrov.	(30.186)	(54.149)
Rumo S.A.	(4.179)	(8.352)
Elevações Portuárias S.A.	4.150	(9)
Outros	513	(17)
	(14.114)	(155.087)
Resultado financeiro		
Rumo Malha Oeste S.A.	(4.713)	(11.580)
Rumo Malha Sul S.A.	-	14.337
Rumo S.A.	25.238	52.540
	20.525	55.297

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 se refere principalmente à transporte cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Benefícios de curto prazo	28.172	25.028
Transações com pagamentos baseados em ações	5.660	4.579
	<u>33.832</u>	<u>29.607</u>

4.5 Eventos subsequentes

4.5.1 Incorporação da Cosan Logística S.A.

Em 01 de março de 2021, o Conselho de Administração da Cosan S.A (B3: CSAN3) deliberou a incorporação da Cosan Logística S.A. (B3: RLOG3) e Cosan CZZ (NYSE: CZZ) pela Cosan S.A. O programa aprovado, tem por objetivo concluir a reorganização societária que foi aprovada anteriormente pelas Assembleias Gerais das respectivas companhias. Dessa maneira, a Rumo S.A. e suas Controladas, passam a ser controladas diretamente e indiretamente pela Cosan S.A. na data mencionada anteriormente.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	405.734	723.657
Instrumentos financeiros derivativos	3.556.338	1.528.181
	3.962.072	2.251.838
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.232.565	920.972
Contas a receber de clientes	364.337	234.520
Debêntures privadas	792.535	767.296
Caixa restrito	2.164	86.681
	3.391.601	2.009.469
Total	7.353.673	4.261.307
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.462.040	1.726.621
Passivos de arrendamento	629.634	611.983
Fornecedores	418.174	190.697
Outros passivos financeiros	64.237	48.583
Dividendos a pagar	168.140	1.169
Parcelamento de débitos tributários	2.791	1.688
	3.745.016	2.580.741
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos e financiamentos	8.227.830	6.118.826
	8.227.830	6.118.826
Total	11.972.846	8.699.567

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos conta movimento	81	390
Aplicações financeiras	<u>2.232.484</u>	<u>920.582</u>
	<u>2.232.565</u>	<u>920.972</u>

As aplicações financeiras são compostas por:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	5.571	-
Certificado de depósitos bancários - CDB	2.180.455	920.582
Outras aplicações	46.458	-
	<u>2.232.484</u>	<u>920.582</u>

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2020 (99,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	371.003	541.790
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	32.560	47.172
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.171	134.695
	<u>405.734</u>	<u>723.657</u>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	86.681
Valores depositados em garantia	2.164	-
	2.164	86.681

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2020	31/12/2019
Cientes terceiros	107.258	120.042
Cientes partes relacionadas (4.4)	271.307	128.768
	378.565	248.810
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(14.228)	(14.290)
	364.337	234.520
Circulante	364.302	234.485
Não circulante	35	35
	364.337	234.520

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	44.441	78.689
Vencidas		
Até 30 dias	50.127	26.976
De 31 a 60 dias	268	54
De 61 a 90 dias	-	132
Mais de 90 dias	12.422	14.191
	107.258	120.042

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	(13.883)
Provisões	(2.498)
Reversões e baixas	2.091
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(14.290)
Provisões	(1.795)
Reversões e baixas	1.857
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(14.228)

5.5 Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$450.000 emitidas pela sua controladora como segue:

Série	Remuneração anual	31/12/2020	31/12/2019	Vencimento final
Debêntures privadas - Rumo S.A. (Nota 4.4)	CDI+0,50% a.a	792.535	767.296	05/01/2023

O saldo de atualização financeira em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$25.238 (R\$52.540 em 31 de dezembro de 2019).

5.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dará pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Indexador (i)	Encargos financeiros		31/12/2020	31/12/2019	Vencimento final	Objetivo
		Taxa média anual de juros					
Empréstimos e financiamentos							
Finame (BNDES)	Pré-fixado	2,84%	43.416	43.416	62.025	jan/2024	Aquisição
Finem (BNDES)	Pré-fixado	3,69%	1.394.543	1.394.543	1.004.197	dez/2029	Aquisição
NCE	CDI +	0,80%	505.061	505.061	512.078	dez/2023	Capital de giro
	CDI +	3,15%	468.516	468.516	-	mar/2021	Capital de giro
	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾	7,38%	4.535.874	4.535.874	3.339.444	fev/2024	Aquisição
	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,88%	3.096.109	3.096.109	2.209.284	jan/2025	Aquisição
			10.043.519	10.043.519	7.127.028		
Debêntures							
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% ^(iv)	9,24%	595.847	595.847	570.098	fev/2026	Aquisição
Debêntures privadas	1,30% a.a.	8,28%	50.504	50.504	148.321	nov/2021	Capital de giro
			646.351	646.351	718.419		
Total			10.689.870	10.689.870	7.845.447		
Circulante			986.875	986.875	483.878		
Não circulante			9.702.995	9.702.995	7.361.569		
			10.689.870	10.689.870	7.845.447		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Essa dívida tem contratos de swap para 145% do CDI que representa uma taxa média de 6,38% a.a.
- (iii) Dívida com swap para 127% do CDI que representa uma taxa média de 6,29% a.a.
- (iv) Dívida com swap para 107% do CDI que representa uma taxa média de 4,93% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2020	31/12/2019
13 a 24 meses	368.681	172.896
25 a 36 meses	608.732	307.997
37 a 48 meses	4.711.960	545.166
49 a 60 meses	3.316.151	3.483.657
61 a 72 meses	275.664	2.384.039
73 a 84 meses	154.443	213.254
85 a 96 meses	147.514	97.443
A partir de 97 meses	119.850	157.117
	9.702.995	7.361.569

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2020	31/12/2019
Reais (R\$)	3.057.887	2.296.719
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	7.631.983	5.548.728
Total	10.689.870	7.845.447

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.9).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	8.008.778
	662.655
	(1.302.118)
	(475.709)
	951.841
	7.845.447
Captações	898.856
Amortização de principal	(221.697)
Pagamento de juros	(508.995)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	2.676.259
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.689.870

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,93% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 1.417.161 (R\$ 183.232 em 31 de dezembro de 2019).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 2,78% (5,94% em 31 de dezembro de 2019) e TJLP de 4,87% (5,57% em 31 de dezembro de 2019).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2020, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 346.599 (R\$ 1.887.029 em 31 de dezembro de 2019).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“*Financial covenants*”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiras, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA < = 3,3x em dezembro de 2020	1,96
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ > = 2,0x em dezembro de 2020	4,78

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro da dívida é representado pelo custo da dívida líquida, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.7 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	532.857	178.022	710.879
Adições	-	13.693	13.693
Apropriação de juros e variação cambial	68.053	19.755	87.808
Transferências	-	(4.510)	(4.510)
Pagamento de principal	(103.801)	(14.617)	(118.418)
Pagamento de juros	(68.176)	(15.287)	(83.463)
Reajuste contratual	-	5.994	5.994
Saldo em 01 de janeiro de 2020	428.933	183.050	611.983
Adições	87.811	24.138	111.949
Apropriação de juros e variação cambial	61.265	35.180	96.445
Pagamento de principal	(101.372)	(21.577)	(122.949)
Pagamento de juros	(60.531)	(20.534)	(81.065)
Reajuste contratual	-	13.271	13.271
Saldo em 31 de dezembro de 2020	416.106	213.528	629.634
Circulante	232.633	37.942	270.575
Não circulante	183.473	175.586	359.059
	416.106	213.528	629.634

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2020
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	15.931
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	19.083
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	63
	35.077

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,2% de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2020		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	210.174	236.052	12%
Direito de uso residual	172.485	187.493	9%
Despesa financeira	(24.322)	(26.705)	10%
Despesa de depreciação	(31.659)	(34.317)	8%

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 11.345.

5.8 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	376.842	170.051
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	36.622	19.515
Outros	4.710	1.131
Total	418.174	190.697
Fornecedores	119.229	126.300
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.4)	298.945	64.397
	418.174	190.697

5.9 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *Hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	7.550.875	4.146.145	3.556.338	892.139
	7.550.875	4.146.145	3.556.338	892.139

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de *Hedge*

a) *Hedge* do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio	Nocional	Valor contábil		Ajuste de valor justo	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Objetos					
NCE	(4.146.145)	(7.649.055)	(5.500.984)	(1.738.598)	(766.367)
Total	(4.146.145)	(7.649.055)	(5.500.984)	(1.738.598)	(766.367)
Instrumentos derivativos					
<i>Swap</i> de câmbio e juros	4.146.145	3.459.407	1.468.503	1.846.060	541.944
Total	4.146.145	3.459.407	1.468.503	1.846.060	541.944
Total líquido	-	(4.189.648)	(4.032.481)	107.462	(224.423)

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de hedge) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de hedge:

Risco de juros	Nocional	Valor contábil		Ajuste de valor justo	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos designados					
Debêntures	(500.000)	(600.701)	(516.032)	(48.152)	(4.911)
Total	(500.000)	(600.701)	(516.032)	(48.152)	(4.911)
Instrumentos derivativos					
Swap de inflação e juros	500.000	96.931	50.678	39.232	55.132
Total	500.000	96.931	50.678	39.232	55.132
Total líquido	-	(503.770)	(465.354)	(8.920)	50.221

5.10 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	109.951	109.268
PIS	68.105	66.080
ICMS ⁽ⁱ⁾	9.586	11.574
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	11.449	7.234
Outros	3.654	398
	202.745	194.554
Circulante	170.053	180.352
Não circulante	32.692	14.202
	202.745	194.554

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.11 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores	1.442	-
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.3) ⁽ⁱ⁾	2.614.157	2.612.447
Total	2.615.599	2.612.447
Circulante	603.820	502.423
Não circulante	2.011.779	2.110.024
	2.615.599	2.612.447

(i) Os adiantamentos a fornecedores são referentes a partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

5.12 Investimentos em associadas

Política contábil:

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas.

As associadas da Companhia estão listadas abaixo:

Coligadas (Equivalência patrimonial)	Participação direta e indireta	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Termag S.A. ⁽ⁱ⁾	19,85%	19,85%
TGG S.A. ⁽ⁱ⁾	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer	50,00%	50,00%

(i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Abaixo estão os investimentos em associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%
Portofer	100.503.066	50.251.533	50,00%

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Termag S.A.	5.214	2.659	-	(6.200)	1.673
TGG S.A.	18.247	3.535	(3.103)	-	18.679
Terminal XXXIX S.A.	24.405	6.042	(3.849)	(1)	26.597
Portofer	44.663	-	-	11	44.674
Total	92.529	12.236	(6.952)	(6.190)	91.623

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Termag S.A.	5.193	5.720	-	(5.699)	5.214
TGG S.A.	19.601	5.262	(6.616)	-	18.247
Terminal XXXIX S.A.	16.043	9.885	(1.523)	-	24.405
Portofer	44.671	-	-	(8)	44.663
Total	85.508	20.867	(8.139)	(5.707)	92.529

Informações financeiras de associadas:

	Doze meses findos em 31/12/2020			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Termag S.A.	229.586	221.232	8.354	7.721
Terminal XXXIX S.A.	171.072	117.877	53.195	11.667
TGG S.A.	271.125	84.313	186.812	38.301
Portofer	198.214	108.868	89.346	-

	Doze meses findos em 31/12/2019			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Termag S.A.	275.215	249.166	26.049	25.552
Terminal XXXIX S.A.	61.560	12.745	48.815	17.710
TGG S.A.	217.311	34.849	182.462	46.611
Portofer	187.289	97.958	89.331	-

5.13 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definida como unidade geradora de caixa o contrato de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto os impactos do COVID mencionados na Nota 4.1, não foram identificados outros indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Análise de perda ao valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados novos indicadores para testes adicionais de recuperabilidade de ativos não financeiros. Avaliamos os efeitos da pandemia de COVID-19 e, apesar de alguns impactos no exercício de 2020, a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.13.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾	Via Permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	116.749	249.349	2.887.267	2.586.446	285.158	11.255	6.136.224
Adições	-	-	1.780	-	860.190	-	861.970
Baixas	-	-	(47.560)	-	(272)	-	(47.832)
Transferências	10.694	49.121	348.915	104.390	(514.877)	1.209	(548)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	127.443	298.470	3.190.402	2.690.836	630.199	12.464	6.949.814
Adições	30	15	12.380	317	677.028	7	689.777
Baixas	-	-	(33.404)	-	(336)	-	(33.740)
Transferências	312.278	102.550	482.914	(7.815)	(845.703)	30.503	74.727
Saldo em 31 de dezembro de 2020	439.751	401.035	3.652.292	2.683.338	461.188	42.974	7.680.578
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	882	(63.988)	(983.568)	(979.916)	-	(9.545)	(2.036.135)
Adições	(18.719)	(23.470)	(297.074)	(150.461)	-	(598)	(490.322)
Baixas	-	-	47.214	-	-	-	47.214
Transferências	7.232	-	29.047	-	-	-	36.279
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(10.605)	(87.458)	(1.204.381)	(1.130.377)	-	(10.143)	(2.442.964)
Adições	(11.740)	(24.591)	(246.316)	(114.268)	-	(2.529)	(399.444)
Baixas	-	-	32.962	-	-	-	32.962
Transferências	(65.430)	-	(38.133)	67.841	-	-	(35.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(87.775)	(112.049)	(1.455.868)	(1.176.804)	-	(12.672)	(2.845.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	116.838	211.012	1.986.021	1.560.459	630.199	2.321	4.506.850
Saldo em 31 de dezembro de 2020	351.976	288.986	2.196.424	1.506.534	461.188	30.302	4.835.410

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, vagões e locomotivas no montante de R\$191.965, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.6);

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$16.974 (R\$ 1.825 em 31 de dezembro de 2019).

5.13.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Terrenos, edifícios	Vagões e locomotivas	Software	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2019	222.161	895.023	66.931	12.311	1.196.426
Adições	12.689	1.004	-	-	13.693
Reajuste contratual	5.103	366	-	525	5.994
Transferências	-	27	-	-	27
Saldo em 01 de janeiro de 2020	239.953	896.420	66.931	12.836	1.216.140
Adições	87.828	-	15.438	8.683	111.949
Reajuste contratual	12.807	335	-	129	13.271
Transferências	-	(77.544)	-	-	(77.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	340.588	819.211	82.369	21.648	1.263.816
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(50.450)	(299.861)	-	-	(350.311)
Adições	(10.275)	(2.294)	(7.594)	(153)	(20.316)
Transferências	(7.233)	(29.046)	-	(6.004)	(42.283)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(67.958)	(331.201)	(7.594)	(6.157)	(412.910)
Adições	(27.327)	(37.407)	(4.940)	(6.608)	(76.282)
Transferências	-	46.327	-	-	46.327
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(95.285)	(322.281)	(12.534)	(12.765)	(442.865)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	171.995	565.219	59.337	6.679	803.230
Saldo em 31 de dezembro de 2020	245.303	496.930	69.835	8.883	820.951

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	870.419	1.271.784
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(295.942)	(432.407)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	4.160	7.095
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	109.081	178.609
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	286	306
Efeito de amortização do direito de concessão	10.079	10.079
Outros	3.625	49.167
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>(168.711)</u>	<u>(187.151)</u>
Taxa efetiva - %	<u>-19,38%</u>	<u>-14,72%</u>

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	-	-
Base negativa de contribuição social	-	-
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	9.640	10.076
Provisão para perda ao valor recuperável	2.076	4.684
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	4.838	4.859
Provisão para não realização de impostos	30.303	27.519
Provisão para participação nos resultados	2.591	10.359
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	113.798	144.392
Ajuste valor justo sobre a dívida	448.203	151.914
Diferenças temporárias sobre outras provisões	3.968	(1.367)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	558.771	65.705
Outros	39.018	45.653
Tributos diferidos - Ativos	<u>1.213.206</u>	<u>463.794</u>
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	-	-
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Arrendamento mercantil	(77.114)	(83.856)
Resultado não realizado com derivativos	(1.311.342)	(522.733)
Tributos diferidos - Passivos	<u>(1.388.456)</u>	<u>(606.589)</u>
Total de tributos diferidos	<u>(175.250)</u>	<u>(142.795)</u>
Diferido passivo	<u>175.250</u>	<u>142.795</u>

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020.

c) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2019	(86.003)
Resultado	(56.819)
Passivo atuarial	27
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(142.795)
Resultado	(32.421)
Passivo atuarial	(34)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(175.250)

Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Imobilizado	Varição Cambial	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	35.044	3.624	63.462	136.006	-	57.298	47.084	342.518
(Cobrado) / creditado								
do resultado do exercício	(35.044)	6.707	(17.691)	8.386	65.705	94.617	(1.432)	121.248
dos outros resultados abrangentes	-	28	-	-	-	-	-	28
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	10.359	45.771	144.392	65.705	151.915	45.652	463.794
(Cobrado) / creditado								
do resultado do exercício	-	(7.769)	5.054	(30.594)	493.065	296.288	(6.632)	749.412
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	2.590	50.825	113.798	558.770	448.203	39.020	1.213.206

ii. Impostos diferidos passivos

	Resultado não realizado com derivativos	Passivos de arrendamentos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	(306.479)	(74.932)	(381.411)
(Cobrado) / creditado			
do resultado do exercício	(216.254)	(8.924)	(225.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(522.733)	(83.856)	(606.589)
(Cobrado) / creditado			
do resultado do exercício	(788.609)	6.742	(781.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.311.342)	(77.114)	(1.388.456)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	1.852	75
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.101	3.826
Trabalhistas	21.228	22.660
	25.181	26.561

	Depósitos judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	3.040	2.603
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.953	1.787
Trabalhistas	32.408	29.323
	37.401	33.713

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	11	5.290	25.184	30.485
Provisionados no exercício	59	544	11.202	11.805
Baixas por reversão ou pagamento	-	(1.859)	(17.200)	(19.059)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	5	(149)	3.474	3.330
Saldo em 31 de dezembro de 2019	75	3.826	22.660	26.561
Provisionados no exercício	1.114	177	3.976	5.267
Baixas por reversão ou pagamento	(21)	(619)	(7.164)	(7.804)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	684	(1.283)	1.756	1.157
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.852	2.101	21.228	25.181

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	1.585.742	658.198
Cíveis, regulatórias e ambientais	125.352	117.935
Trabalhistas	71.391	63.042
	1.782.485	839.175

- **Tributárias:**

	31/12/2020	31/12/2019
Multa isolada tributo federal ⁽ⁱ⁾	16.309	15.859
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	91.801	90.060
ICMS ⁽ⁱⁱ⁾	684.259	417.399
PIS/COFINS ^(iv)	745.540	89.689
Plano de opção de compra de ações ^(v)	10.291	10.117
Outros	37.542	35.074
	1.585.742	658.198

(i) A Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.

(ii) Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea.

(iii) No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

- (iv) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativas relativos, aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.
- (v) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis ⁽ⁱ⁾	31.300	31.901
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	3.094	3.740
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	90.958	82.294
	125.352	117.935

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT

(iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

- **Trabalhistas:**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	71.391	63.042
	71.391	63.042

(i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é R\$ 2.461.503 constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas, 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rumo S.A.	1.106.992.704	99,94%	76.705.851	93,87%
Fundo Invest da Amazonia Finam	-	0,00%	4.173.066	5,11%
Uniao Com. E Participações LTDA	-	0,00%	737.396	0,90%
Banco do Brasil S.A	705.365	0,06%	-	0,00%
Imprensa Oficial Est. S. A. Imesp.	-	0,00%	97.980	0,12%
Sergio Feijão Filho	1	0,00%	-	0,00%
Total de ações em circulação	1.107.698.070	100,00%	81.714.293	100,00%

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia destinou o montante de R\$ 35.085 (R\$ 54.232 em 31 de dezembro de 2019).

d) Incentivos fiscais – SUDAM

Política contábil

Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido.

Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2019 sobre o lucro da exploração foi de R\$109.081 (R\$ 178.609 em 31 de dezembro de 2019), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social.

e) Dividendos

Política contábil

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil

Em 31 de dezembro de 2020, foi constituído a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 166.656 referente ao exercício de 2020.

Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em Conselho de Administração a distribuição de dividendos no montante de R\$ 511.792 referente ao exercício de 2019.

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta na venda de serviços	3.875.430	4.233.201
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(93.515)	(97.688)
Receita operacional líquida	<u>3.781.915</u>	<u>4.135.513</u>

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2020	31/12/2019
Transporte de carga e acessórios	3.767.862	4.111.564
Outros	14.053	23.949
Receita operacional líquida	3.781.915	4.135.513

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Material de uso e consumo	(90.309)	(82.179)
Despesa com pessoal	(186.630)	(283.008)
Depreciação e amortização	(457.655)	(509.794)
Despesas com serviços de terceiros	(85.671)	(37.451)
Despesas com transporte e elevação	(1.476.220)	(1.589.381)
Despesas de aluguel (Nota 5.7)	(35.077)	(31.273)
Outras despesas	(108.235)	(19.004)
	(2.439.797)	(2.552.090)
Custo dos serviços prestados	(2.299.891)	(2.412.436)
Despesas comerciais	(19.657)	(4.328)
Despesas gerais e administrativas	(120.249)	(135.326)
	(2.439.797)	(2.552.090)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Efeito líquido das demandas judiciais	(7.398)	(9.763)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	16.643	1.597
Créditos fiscais extemporâneos	15.353	9.948
Outros	(6.627)	(5.422)
	17.971	(3.640)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(628.152)	(800.912)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(1.478.769)	(191.946)
Resultado com derivativos e valor justo	1.616.006	596.936
Amortização do gasto de captação	(10.267)	(15.679)
Fianças e garantias sobre dívidas	(10.850)	(5.732)
	(512.032)	(417.333)
Rendimentos de aplicações financeiras	43.032	96.066
	43.032	96.066
Custo da dívida, líquida	(469.000)	(321.267)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	46.194	82.370
Passivos de arrendamento	(67.689)	(70.296)
Despesas bancárias e outros	(2.539)	(4.326)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(3.356)	(5.648)
Variação cambial e derivativos	(1.173)	(299)
Juros sobre outras obrigações	(4.343)	(9.400)
	(32.906)	(7.599)
Resultado financeiro, líquido	(501.906)	(328.866)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(727.197)	(911.992)
Receitas financeiras	89.227	178.435
Variação cambial	(1.479.942)	(192.212)
Derivativos	1.616.006	596.903
Resultado financeiro, líquido	(501.906)	(328.866)

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Numerador		
Resultado líquido do exercício	701.708	1.084.633
Por ação ordinária	649.346	1.003.696
Por ação preferencial " A " (incluso remuneração adicional de 10%)	49.064	75.839
Por ação preferencial " B "	3.298	5.097
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	1.107.698
Média ponderada de número de ações preferenciais " A "	76.089	76.089
Média ponderada de número de ações preferenciais " B "	5.626	5.626
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,58621	0,90611
Por ação preferencial " A "	0,64482	0,99671
Por ação preferencial " B "	0,58621	0,90611